



- REQUERIMENTO Número /XI (1 .ª)
- PERGUNTA Número 178 /XI (1 .ª)

Expeça-se
Publique-se
29/11/11
O Secretário da Mesa



Assunto: **Evolução da situação social do Grupo Investvar, Aveiro**

Destinatário: **Ministério do Trabalho e Solidariedade Social**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

O Grupo Investar, que chegou a ser o maior exportador de calçado do país, empregando directamente cerca de 1200 trabalhadores nas suas diversas fábricas em Portugal gerando simultaneamente largas outras centenas através de empresas sub-contratadas.

Numa estratégia considerada como exemplo de internacionalização empresarial, o Grupo Investar começou há alguns anos a deslocalizar a sua produção para países terceiros tais como a Índia, a China, o Brasil ou a Roménia. Hoje a empresa continua a empregar cerca de 650 trabalhadores.

Em 2008, perante as dificuldades da empresa o Governo resolve intervir com as entradas de dois Fundos públicos de Capitais de Risco: a Inovcapital e a AICEP Capital global. Há já cerca de um ano que o Estado, através destes dois fundos, detém a maioria do capital social do Grupo Investar. Como denunciado por diversas vezes pelo PCP, o anterior Governo PS tem vindo a demitir-se das suas responsabilidades com o investimento público e com os trabalhadores desta empresa, tendo inclusive encomendado um estudo que, simplesmente, recomendava o encerramento de todas as unidades fabris.

Há menos de quinze dias, a Administração da empresa declarou aos trabalhadores que não haveria possibilidade de se proceder ao pagamento dos salários de Outubro. Entretanto a Glover, empresa do grupo situada em Castelo de Paiva, cessou a laboração há cerca de um mês mantendo-se os seus cerca de 100 trabalhadores no interior da fábrica a cumprir o seu horário de trabalho. Ao mesmo tempo e de acordo com informações dos trabalhadores, chegam à empresa em Esmoriz camiões vindos de Espanha carregados com calçado para posterior embalagem e venda a retalho em Portugal.

Num último e derradeiro episódio, foi anunciado aos trabalhadores que o Ministério da Economia recusou dar viabilidade ao plano de reestruturação da empresa proposto e acordado entre a Administração e a banca, principal credor da empresa. Tal notícia entretanto tornada pública através da imprensa já tinha sido comunicado ao Sindicato em reunião decorrida em Lisboa com o Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento.

Tal plano de reestruturação passa pela conversão de 75% da dívida junto da banca de, 40 milhões de euros, em capital social. O plano prevê ainda a separação da Investvar em duas empresas, uma



comercial e outra industrial, a venda de uma das quatro fábricas e o encerramento de duas dezenas de lojas num total de 150 (quando há bem pouco tempo a administração falava na duplicação da rede de lojas).

Ora, tendo sido o Ministério da Economia peremptório na discordância do plano de recuperação, não apresentou qualquer alternativa, sendo o principal accionista.

Para agravar ainda mais a situação existirá ainda uma dívida da empresa no valor de 500 mil euros a uma empresa fornecedora italiana (Ka&Ka) que poderá pedir a insolvência da empresa em tribunal num julgamento marcado já no próximo dia 13 deste mês.

Tendo em conta a importância do Grupo Investar, bem como as responsabilidades acrescidas do anterior e do actual governo face a esta situação, que decorre da sua posição maioritária no capital social da empresa, venho solicitar ao Governo, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, através do **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**, os seguintes esclarecimentos:

-Que justificação encontra este Ministério para a sua demissão face a esta importante empresa nacional de calçado cuja qualidade é reconhecida nacional e internacionalmente?

-Tem este Ministério alguma alternativa credível para os mais de 650 trabalhadores em vias de ficar sem trabalho caso se confirmem estas notícias?

-Que pensa este Ministério fazer relativamente ao julgamento do próximo dia 13 e que poderá deitar por terra todo e qualquer plano de salvamento da empresa?

- Que medidas pretende esse Ministério tomar quanto ao não pagamento pontual dos salários por parte da empresa, deixando os cerca de 650 trabalhadores sem qualquer rendimento?

- Que medidas vai esse Ministério tomar para salvaguardar os postos de trabalho?

Palácio de São Bento, 11 de Novembro de 2009

Deputado

Jorge Machado